

A Universidade NOVA de Lisboa, a nossa NOVA, comemora hoje 43 anos de existência.

É um dia de festa e de celebração dos nossos méritos, mas deve ser também um dia de reflexão e de esperança no futuro. É também, para mim, um dia de despedida. No próximo ano estará aqui um novo Reitor a dirigir-vos a palavra. Ainda bem que assim é. Novos desafios devem ser assumidos por novas pessoas e por pessoas novas!

A transformação da NOVA numa fundação pública com regime de direito privado é um grande desafio para toda a nossa comunidade. Estou consciente da necessidade de gerir a Universidade com mais autonomia que o regime fundacional nos irá trazer, mas estou também convicto de que esta mudança não deve corresponder a uma perda da capacidade de gestão autónoma de cada Unidade Orgânica. Foi isso que aprendi nos meses de debate aberto que mantive com todos os corpos da NOVA, docentes, investigadores, funcionários e estudantes, entre Janeiro e Julho deste ano, e que permitiram a elaboração de uma proposta que mereceu a aprovação unânime do Conselho Geral. Essa proposta está agora no gabinete do Senhor Ministro Manuel Heitor para ser discutida pelo Governo e, se for aprovada, permitirá no início de 2017 a publicação do decreto-lei que irá instituir a Fundação Universidade Nova de Lisboa.

Espero que tal aconteça pelas seguintes razões:

A transformação fundacional da NOVA permitirá, a par da manutenção do financiamento público através do Orçamento do Estado com as mesmas regras das restantes universidades públicas, uma gestão mais flexível dos recursos humanos e da manutenção, o u c o m o enquadramento, da legislação pública. A gestão patrimonial será igualmente mais eficaz permitindo uma maior autonomia relativamente ao Estado. Este regime permitirá, igualmente, uma melhoria no planeamento estratégico plurianual com base na estabilidade das receitas próprias. Do lado dos estudantes haverá a manutenção do regime atual de propinas e do regime de ação social.

A transformação fundacional da NOVA não irá resolver todos os problemas que enfrentamos, mas será uma alavanca para melhor os ultrapassarmos. Também espero que a existência, em 2017, de cinco universidades fundacionais permita ao Governo aplicar, na totalidade, as normas publicadas no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior relativamente ao estatuto fundacional, que foram retiradas pelo Governo anterior com o argumento de se tratar de uma imposição da *troika*.

Quando, há poucas semanas, parei e olhei para trás, apercebi-me que, quando cessar funções de Reitor, em Julho de 2017, terei cumprido muitos anos ao serviço da NOVA, em lugares de grande responsabilidade e em momentos particularmente difíceis da nossa curta história. Tenho uma única satisfação: durante todo esse período nunca deixei de ser professor universitário. Em todos os casos, exceto num, fui sempre eleito pelos meus pares ou por um colégio eleitoral. A exceção foi o cargo de Diretor do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, entre 1982 e 1986, que exigiu uma nomeação governamental porque se tratava de integrar essa instituição secular na NOVA. Orgulho-me de ter contribuído para viabilizar a autonomia do IHMT como instituição universitária reforçando a sua vertente académica tropical ao serviço da comunidade, da lusofonia e da saúde pública global.

Agradeço a José António Esperança Pina o convite para voltar do estrangeiro para Portugal, em 1979. Estava na altura, já doutorado, na Universidade de Harvard, em Boston, depois de três anos na Universidade de Londres, para onde tinha partido, em Janeiro de 1974, com uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, para me doutorar.

Mas hoje não estou aqui para falar da minha vida, mas sim da nossa NOVA.

Também não vou falar do passado, quero abordar convosco o futuro, que vai ser vosso. Se hoje falar do passado é apenas para elaborar sobre o futuro. Creio que esse foi o único direito que conquistei ao fim destes anos.

Tenho a consciência profunda de que nada do que foi feito na NOVA nos últimos anos poderá ser descrito,

ou analisado, numa perspetiva de curto prazo e, muito menos, apenas com a frieza dos números.

Fizemos muito mais do que decorre da leitura dos nossos relatórios e planos, incluindo o plano estratégico. De igual modo, a partilha da informação e o debate aberto entre todas as Unidades Orgânicas da NOVA, entre docentes, investigadores e estudantes, permitiu potenciar recursos humanos e materiais que, de outro modo, não teriam sido aproveitados.

Nada teria sido possível sem o apoio de todos, das várias equipas reitorais, com quem tive o privilégio de trabalhar ao longo dos anos e cuja presença aqui agradeço, incluindo as Senhoras Administradoras da Universidade e dos SASNOVA, que estiveram presentes desde a primeira hora, dos vários Diretores das Unidades Orgânicas que constituíram o Colégio de Diretores, dos vários presidentes das Associações de Estudantes que participaram no Conselho de Estudantes, dos docentes, dos investigadores e dos funcionários da NOVA. Permitam-me uma palavra especial para os funcionários da Reitoria e dos SASNOVA, com quem me cruzo todos os dias, e a quem gostaria de dizer o quanto lhes admiro o crescimento profissional e humano que permitiu agregarmos, na NOVA, uma equipa técnica de grande qualidade, nos mais variados domínios, em muitos casos ao nível das melhores universidades europeias. Para a minha equipa restrita, que me apoia no dia-a-dia e que não gosta de ser mencionada, um sincero obrigado por conseguirem que eu chegue a horas, responda a horas, assine a horas, só para mencionar algumas tarefas impossíveis que lhes peço, vai o meu profundo agradecimento.

A última palavra, que devia ter sido a primeira, vai para o Senhor Presidente do Conselho Geral a quem agradeço todo o apoio amigo, às vezes invisível para muitos, mas que eu senti desde a primeira hora e que muito me ajudou nesta longa caminhada que percorremos juntos. Peço-lhe que transmita os meus agradecimentos a todos os membros do Conselho e, em particular, à Senhora Vice-Presidente, Dra. Vera Pires Coelho.

Para todos, e para cada um, vai o meu sincero agradecimento pela confiança depositada, pela lealdade demonstrada, pelo trabalho nunca regateado e por serem quem são. Será para mim, até ao último dia de mandato, um privilégio terem-me dado a possibilidade de coordenar e de partilhar convosco um projeto tão importante e significativo como é o que vivemos todos os dias na NOVA.

Estão hoje prontos para divulgação à comunidade da NOVA e à sociedade em geral, os seguintes documentos:

- Relatório de Atividades de 2015 e as respetivas Contas Consolidadas.
- 3º Relatório de execução do Plano Estratégico 2012-2016, com uma análise detalhada da evolução dos indicadores de gestão.
- Síntese da evolução dos *Campi* da NOVA e a respetiva ligação aos mandatos de todos os Reitores, desde a fundação da Universidade.
- Conjunto dos depoimentos dos membros do Conselho de Estudantes desde a origem deste órgão. A entrega simbólica desses documentos ao Senhor Ministro, que já fiz hoje, será seguida, nos próximos dias, por um envio desses mesmos textos a todos que os solicitarem, para além daqueles que os receberão por razões institucionais.

Há sete anos atrás, em 2008, comemorámos os 35 anos da NOVA numa conferência verdadeiramente memorável que, felizmente, está bem documentada num livro que editámos pouco tempo depois. É um documento fundamental para pensarmos o futuro da NOVA, a partir dos contributos de vários dos seus fundadores e senadores. Outros dois importantes contributos, que constam do livro, são os depoimentos de Irene Pimentel, galardoada com o Prémio Pessoa, e de Elvira Fortunato, a nossa primeira bolseira do European Research Council.

Na intervenção que fiz na conferência relembrei as sete razões da minha candidatura a Reitor, no ano de 2006:

1. Estabelecer cada vez mais a NOVA como uma Universidade reconhecida no país e no estrangeiro pela qualidade do seu ensino e por desenvolver uma investigação de excelência, consolidando áreas

de grande impacto e potenciando novas áreas com base em sinergias a desenvolver entre as Unidades Orgânicas.

2. Implementar um novo modelo de gestão e de governação de Universidade no qual a Reitoria tivesse uma atuação mais reguladora do que interventora, mais facilitadora do que promotora, mais estratégica do que conjuntural, mas constituindo um fator essencial da identidade da NOVA.

3. Preparar o plano estratégico e o correspondente plano financeiro da NOVA para os próximos anos, como reflexo das reais aspirações das Unidades Orgânicas, dos seus corpos, incluindo os estudantes, e da globalidade da Universidade.

4. Desenvolver uma cultura de gestão, baseada no rigor e na qualidade, facilitadora da monitorização das diversas atividades com vista ao reconhecimento do mérito pedagógico e científico.

5. Adequar a organização interna da Reitoria ao novo modelo da governação, tornando-a mais flexível e de preferência assente em unidades de missão e equipas de projeto, encarregadas de tarefas pragmaticamente definidas, temporalmente limitadas e sujeitas a critérios de avaliação.

6. Descentralizar nas Unidades Orgânicas a capacidade de decisão nas matérias que, pelo seu âmbito, devem dispor de gestão local, beneficiando do conhecimento de proximidade da especificidade dos problemas.

7. Promover a qualidade de vida dos estudantes, procurando melhorar, significativamente, o funcionamento dos equipamentos sociais (cantinas e residências universitárias) e adequando a gestão dos Serviços de Ação Social a um modelo de intervenção participada das correspondentes Unidades Orgânicas e das respetivas Associações de Estudantes.

Rever estas razões olhando não para o que foi feito, e foi muito, mas para o que ficou por fazer é, do meu ponto de vista, um contributo importante para perspetivar o futuro da NOVA.

Disso falarei mais adiante.

Consegui, nessa altura, graças à influência amiga do João Sentieiro, convencer o então Ministro José Mariano Gago a estar presente e a intervir na conferência e hoje lamento profundamente que ele não esteja aqui connosco.

Recomendo vivamente a leitura do texto de José Mariano Gago que consegui, com algum esforço, que ele corrigisse a partir da gravação feita na altura. É, como tudo o que vinha dele, uma mensagem notável e, neste caso, da maior atualidade para a NOVA.

Começo por citar o seguinte parágrafo:

“Tanto quanto percebo, a intenção e a vontade, muito presente neste debate do que é o futuro da Universidade radica numa ambição: só tem futuro e debate o futuro, quem tem ambição para o futuro. Portanto, um dos problemas que esteve talvez mais presente em todas as intervenções diz respeito a esta questão: Será que temos capacidades? Como reforçar as capacidades? Como ter escala para essa ambição? E também: Que ideias temos para cumprir essa ambição.” (fim de citação)

A NOVA vivia então um período de grandes transformações institucionais: tínhamos acabado de eleger o primeiro Conselho Geral, creio que fomos a primeira Universidade a fazê-lo, e eu completava, nessa altura, 20 meses de mandato. Como se recordam voltei a candidatar-me, já com o enquadramento legal do recém-aprovado Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. Os nossos Estatutos viabilizaram a criação de órgãos na altura inovadores e únicos nas universidades portuguesas: o Colégio de Diretores e o Conselho de Estudantes.

O período que se seguiu foi complexo, fruto de oscilações políticas sobejamente conhecidas, talvez inevitáveis, mas que quase fizeram perder muito do que tinha sido laboriosamente construído no âmbito da ciência e do ensino superior, nas últimas décadas.

A única lição que pretendo tirar hoje, e já o disse noutras circunstâncias, é a urgente necessidade de um pacto nacional que proteja o progresso da ciência, da saúde, da educação, do básico ao superior. Para falar apenas dos sectores que melhor conheço.

Entre 2008 e 2016 muita coisa aconteceu, na NOVA e no país, infelizmente não houve tempo, nem espaço, para pactos nacionais.

Voltemos a José Mariano Gago para perspetivar o futuro:

“Partindo destas reflexões, eu gostaria de acrescentar apenas o seguinte: esta ambição exige escala, exige capacidade. Onde estão os bloqueios? O primeiro bloqueio é que para muita ambição não há escala, não há competências. Para muita da ambição em matéria de investigação, numa universidade tomada em si, não existe capacidade. Se apenas olharmos para os investigadores e para os professores de uma universidade e se olharmos para qualquer grande problema científico, veremos que será muito improvável que seja possível constituir uma equipa capaz de o resolver em tempo útil, ou seja, mais depressa e melhor que o resto do mundo e capaz de influenciar o resto do mundo. Este problema, de uma maneira geral, procura resolver-se através da colaboração entre equipas, através da criação de projetos e de organizações científicas que não são apenas de uma universidade, mas tem normalmente um anticorpo no interior do corpo universitário e esse anticorpo chama-se: “tu não és daqui, tu estás no nosso laboratório, mas pertences a outra universidade.”- primeiro problema. Esse problema vem de trás: as pós-graduações são, de uma maneira geral, pós-graduações apenas de uma universidade. São raríssimas em Portugal as pós-graduações em que várias universidades aceitam reconhecer publicamente que há domínios necessários para aquela pós-graduação em que outras são melhores do que elas e que portanto poderiam complementar-se.” (fim de citação).

Na passada semana o Colégio de Diretores da NOVA analisou, como sempre faz nesta altura do ano, a nova oferta de ciclos de estudos a submeter à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e eu voltei-me a lembrar, sem o citar, destas palavras do José Mariano. Fizemos muito nesta matéria, mas se quisermos ser, verdadeiramente, uma Universidade reconhecida internacionalmente como de investigação, temos ainda que quebrar muitas barreiras entre pessoas, grupos e Unidades Orgânicas. Tenho esperança que isso suceda com crescente sucesso no futuro.

Aqui fica um grande desafio para o futuro: mais pós-graduações partilhadas a nível nacional e, sobretudo, internacional.

O ano de 2015 e o primeiro semestre de 2016 foram períodos de grande sucesso para a NOVA: a começar nas escolhas dos estudantes candidatos no último concurso nacional de acesso ao ensino superior, em que fomos a Universidade mais escolhida na 1ª fase; conseguimos excelentes resultados nos concursos para financiamento da investigação científica a nível nacional e no espaço europeu, incluindo mais bolsas do European Research Council, dinamizadas a partir de um programa, único em Portugal, de promoção do talento dos nossos mais jovens e brilhantes investigadores; a nossa Escola Doutoral, também original no nosso país, é um sucesso interno com mais de cinco centenas de participações anuais de doutorandos das mais variadas especialidades e é também um sucesso europeu reconhecido pela UNICA e pela EUA; mantivemos a nossa capacidade de ligação com a sociedade atuando em parcerias com autarquias, empresas, instituições privadas sem fins lucrativos; obtivemos o reconhecimento internacional expresso, não só nos inevitáveis *rankings*, mas também no nosso envolvimento em redes como a UNICA, das universidades das cidades capitais europeias, onde estamos a liderar, em conjunto, com a Universidade Livre de Bruxelas, um projeto cultural para essas cidades.

O reconhecimento nacional, e até internacional, das nossas potencialidades futuras no ensino, na investigação e na ligação com a comunidade já foi ganho por muitos de vós. As Unidades Orgânicas da NOVA são largamente solicitadas a colaborar, em Portugal e no estrangeiro, em todas esses domínios, através dos seus professores, dos seus investigadores e também dos seus alunos. Contudo, falta um maior diálogo entre todas as Unidades Orgânicas no que diz respeito a áreas de impacto no ensino e na investigação, para que a NOVA possa surgir como a entidade facilitadora e promotora de respostas integradas às necessidades da sociedade, a nível nacional e global.

Aqui está o segundo desafio: mais partilha de recursos a partir de uma estratégia de intervenção nos grandes problemas da sociedade.

O ano de 2016 está a ser o ano das grandes mudanças nos nossos *campi*: em Campolide, na Caparica, na Avenida de Berna, em Santana e nas restantes unidades da saúde na Junqueira e no Lumiar, em Oeiras e finalmente em Carcavelos/Cascais.

Esta questão patrimonial vai ser, do meu ponto de vista, um dos grandes desafios da NOVA nos próximos anos porque, ao contrário do ensino, da investigação científica e das relações com a sociedade, não depende, em grande parte, de nós. Exige uma negociação permanente com múltiplas entidades e instituições.

Sejamos claros: não se trata de uma questão imobiliária.

A NOVA não pretende mais património.

A NOVA pretende apenas a posse do seu património porque sabe muito bem como o valorizar e reconhece que as graves limitações patrimoniais em que vive não podem impedi-la de se manter como uma das melhores universidades portuguesas e limitar o seu reconhecimento internacional.

Voltemos a ouvir a palavra de José Mariano Gago:

“Para quando aceitar que as universidades coletivamente estimulem os estudantes? Individualizar em grande parte os seus currícula também ao nível dos primeiros ciclos, ou seja, combinarem formações em particular dentro da própria universidade, mas porque não dentro de universidades, quando temos a sorte – a desgraça – de ter várias universidades dentro da mesma cidade? A capacidade formativa que existe hoje na área de Lisboa é infinitamente superior à sua utilização do ponto de vista individual do aluno. Se fossemos todos pró- ativos nessa matéria, se as barreiras atávicas que dominam e que herdámos ainda não pesassem aos estudantes (quanto mais não fosse num período de adaptação do primeiro ano, uma das provas de sucesso de integração, era proporem, no fim do primeiro ano, à sua universidade um curriculum seu... Mas ainda não estamos lá. (fim de citação)

Infelizmente, como afirma José Mariano Gago, “ainda não estamos lá”, apesar dos esforços recentes da NOVA em introduzir inovações curriculares a começar na FCT, com uma total reorganização curricular, na forma e no conteúdo, e também nas mudanças curriculares na NMS/FCM, na FCSH, na FD e na Nova IMS e, com um ensino de cariz internacional, baseado em parcerias internacionais, totalmente em inglês, na Nova SBE.

É que as fronteiras para os estudantes, em Lisboa, acentuaram-se, nos últimos anos, com a fusão das Universidade Clássica e Técnica.

Essa fusão foi realizada com total afastamento das restantes instituições de ensino superior de Lisboa. No entanto, foi mostrada ao país, pelo anterior Governo, como um exercício modelar de poupança de recursos e de mobilização de competências inovadoras. Não me quero pronunciar sobre esse assunto, mas espero como cidadão, que o processo seja avaliado com todo o rigor porque o benefício patrimonial que a nova Universidade de Lisboa, que nunca se deve confundir com a Universidade Nova de Lisboa, conseguiu, de imediato, com esta fusão foi imenso. Repito, esse benefício patrimonial foi imenso e é incontestável.

Dou um exemplo: passados vários anos da referida fusão verifico, como Reitor da NOVA, que se continua a falar com total naturalidade da inclusão do Estádio Universitário de Lisboa no *package* da fusão como se tivesse sido uma decisão indiscutível. Claro que alguns, mais avisados, remetem-se a um discreto silêncio, como sucede naqueles folhetins de cordel em que certo cidadão honrado recebe uma herança de um tio, emigrante na Colômbia, e espera que o tempo branqueie a origem da fortuna.

Sejamos claros, e apenas para quem não sabe: a Universidade Clássica de Lisboa, tanto quanto é do domínio público, nunca efetuou qualquer investimento na construção e na manutenção das atuais e modernas instalações do Estádio Universitário que foram pagas com os nossos impostos. Mas recebeu-as a custo zero. Mesmo quando se fala na questão da propriedade dos terrenos, que foram expropriados para a criação da chamada Cidade Universitária, essa posse nunca pertenceu à Universidade Clássica de Lisboa, mas sim à entidade independente, que geria, desde sempre, o Estádio Universitário.

A NOVA não pretende englobar o Estádio Universitário no seu património, mas tem vindo a manifestar a sua indignação por este favorecimento inexplicável que em nada beneficiou a globalidade dos estudantes de Lisboa. Para corrigir esta situação proponho o seguinte: a posse e a gestão do Estádio Universitário devem ser entregues à Câmara Municipal de Lisboa e as suas atividades acompanhadas por uma comissão paritária com representantes de todas as instituições de ensino superior da cidade.

É uma proposta construtiva que hoje apresento publicamente e na viabilização da qual estou disponível para colaborar.

Outra proposta, igualmente construtiva, que aqui apresento, é a entrega à Câmara Municipal de Lisboa, do Pavilhão de Portugal também integrado, sem qualquer razão aparente pelo anterior governo, na Universidade de Lisboa, já depois da fusão. Passado mais de um ano desconheço qualquer iniciativa relevante que tenha ocorrido no Pavilhão de Portugal. A gestão camarária possibilitaria a utilização dessas instalações por todas as instituições de ensino superior da cidade. Estou igualmente disponível para colaborar nesta iniciativa.

Estas questões patrimoniais são de uma crescente importância para a sustentabilidade financeira das universidades e a NOVA não é exceção. Aliás, a NOVA deve ser das poucas instituições de ensino superior públicas que tem de vender património para investir na melhoria e no crescimento das suas instalações, como irei referir mais adiante.

Nesse sentido, a construção e a instalação do centro de investigação biomédica da NMS/FCM, na Colina de Santana, com financiamento do MCTES, veio contribuir para o rejuvenescimento de uma das zonas mais envelhecidas de Lisboa, deslocando para aí dezenas de jovens investigadores, alguns deles estrangeiros. A implantação desta unidade em Lisboa mostra bem como a NOVA investe na cidade e contribui para o seu desenvolvimento.

A recente deliberação de Conselho Geral da NOVA, tomada por unanimidade dos seus membros, de apoiar a proposta do Reitor de transformação da NOVA numa fundação pública com regime de direito privado irá, assim o espero, viabilizar todo o registo do nosso património. Espero que seja registado na totalidade.

E os *campi* da NOVA, que são a expressão viva desse património, como se estão implantar na Grande Cidade?

Vou abordar exclusivamente a situação do campus de Campolide que tem sido, nos últimos anos, juntamente com as instalações castrenses da FCSH, na Avenida de Berna, o elo mais fraco de toda a rede de *campi* da NOVA. Peço perdão por este destaque à FCT, à Nova SBE, à NMS, ao ITQB e às restantes Unidades Orgânicas ligadas à saúde. Todos sabem da total disponibilidade com que, desde a primeira hora, me empenho e me empenharei na criação das melhores condições de viabilização de todos os *campi* da NOVA.

A história do *campus* da NOVA, em Campolide, está ligada ao ensino desde a segunda metade do século XIX porque aqui se instalaram os jesuítas quando voltaram para Portugal e construíram o edifício onde funcionou, durante décadas, o Colégio de Campolide. Como é também sabido, os jesuítas foram expulsos do Colégio de Campolide, em 1910, com a implantação da República. As instalações militares de Campolide, aí existentes desde o 5 de Outubro de 1910, estão também intimamente ligadas à Guerra do Ultramar como se pode ler numa placa que se encontra numa das portas de acesso à Nova SBE.

A presença da NOVA em Campolide começou com a instalação da Faculdade de Economia, na década de oitenta do século passado, e completou-se no início do século XXI, com a construção do edifício da Reitoria, inaugurado em 2002.

Quero agradecer ao Senhor Ministro Manuel Heitor a disponibilidade, sempre demonstrada, na resolução das questões patrimoniais da NOVA em Campolide, ligadas ao Ministério da Defesa, libertando-me assim de ter de negociar o referido património com o Provincial da Ordem de Jesus.

O *campus* da NOVA, em Campolide, está implantado num espaço singular com uma área a norte densamente ocupada por uma população que não é residente: a Mesquita Central de Lisboa, as sedes de dois grandes bancos (Santander Totta e Popular), a Escola Secundária Marquesa da Alorna e uma unidade prestadora de cuidados médicos, os SAMS. A nascente situa-se o Palácio da Justiça e o Palacete Ventura Terra, com o respetivo jardim. A sul situa-se o Estabelecimento Prisional de Lisboa e o Parque Eduardo VII. Do lado poente fica a Escola Querubim Lapa.

No ano passado apresentei, precisamente no dia da NOVA, um projeto de reabilitação do *campus* de Campolide que submeti depois a discussão interna com as Unidades Orgânicas aqui sediadas e com a FCSH.

É a fase seguinte desse projeto que vos dou agora a conhecer aproveitando para anunciar que os concursos para as empreitadas das obras dos arranjos exteriores serão lançados logo no início de 2017. Para a viabilização deste empreendimento serão utilizadas verbas resultantes da venda, ao Imamat Ismaili, do Palacete Ventura Terra, para aí instalar a sede mundial da Fundação Aga Khan. Estou convicto de que esta proximidade valorizará em muito o *campus* de Campolide e permitirá consolidar, ainda mais, os laços entre as nossas duas instituições. Seja-me permitido saudar calorosamente, neste momento, a presença do Comendador Nazim Ahmad, representante máximo do Imamat Ismaili em Portugal.

Em Campolide, a NOVA está a articular-se cada vez mais com a cidade e, nesse sentido, tenho o prazer de anunciar que, no âmbito do Orçamento Participativo da CML, e em estreita colaboração com a Junta de Freguesia de Campolide, submetemos um projeto de reabilitação da Rua da Mesquita que está em votação pública até ao dia 20 de Novembro.

É para a NOVA um gosto muito especial ter verificado como os nossos vizinhos, do lado norte do *campus*, aderiram à iniciativa de reabilitação da Rua da Mesquita. Seja-me permitida uma palavra de agradecimento muito especial ao Dr. Abdul Karim Vakil, líder da Comunidade Islâmica de Lisboa, por todo a abertura que concedeu ao projeto numa atmosfera de franca colaboração entre as nossas duas comunidades que, assim o espero, se reforce cada vez mais no futuro.

Não é qualquer *campus* universitário que goza do privilégio de ter no seu interior uma igreja católica, aberta ao culto paroquial, e na sua vizinhança, muito próxima, a Mesquita Principal da Cidade.

Acredito que o *campus* da NOVA, em Campolide, pode desempenhar um papel essencial no desenvolvimento cívico, cultural e social desta área da Cidade de Lisboa, em estreita ligação com a autarquia. A passagem da FCSH da Avenida de Berna para Campolide, que vai inevitavelmente ocorrer, será uma mais-valia essencial neste projeto.

E aqui está o terceiro desafio: desenvolver os *campi* da NOVA como centros do conhecimento inseridos na Cidade, aqui considerada no sentido lato da *civitas*, tal como consta do nosso *motto*, ou divisa: “*OMNIS CIVITAS CONTRA SE DIVISA NON STABILIT*”. De acordo com o manuscrito do Arquitecto Martins Barata, que também participou nas celebrações dos 35 anos da NOVA, este *motto* baseia-se num fragmento evangélico que se encontra com redações diferentes em Marcos, Lucas e João e que se traduz por: “TODA A CIDADE DIVIDIDA CONTRA SI MESMA, NÃO PERMANECERÁ”. Esta parceria entre a NOVA e a Cidade será uma fonte de coesão para todas as partes envolvidas.

Na minha intervenção de 2008 citei um ensaio intitulado: “*Inventing tomorrow’s university: who is to take the lead*”, da autoria de Jon Jonasson, publicado pelo *Magna Charta Observatory*, sediado em Bolonha. Nesse ensaio, o autor, baseado no trabalho de um “*think tank*” de um centro holandês especializado em políticas de ensino superior, o CHEPS, da Universidade de Twente, identifica três cenários para ilustrar as evoluções possíveis das universidades europeias:

O primeiro cenário, intitulado *Centralia*, ou a cidade do sol, caracteriza-se por ser uma organização diversificada, mas hierarquizada, num modelo *top-down*, com financiamento predominantemente público, gerida por académicos, mas com forte apoio de gestores profissionais.

O segundo cenário, intitulado *Octavia*, ou cidade da teia, caracteriza-se por um grau muito maior de diversidade e flexibilidade, a todos os níveis, por exemplo no desenho curricular. Neste cenário coloca-se uma maior ênfase nas relações de liderança e de coordenação entre os principais intervenientes com a participação de entidades públicas e privadas.

O terceiro cenário, intitulado *Vinis Vinefera*, ou a cidade dos mercadores, caracteriza-se por uma extrema diversidade organizacional, de tal forma que é muito difícil identificar um único modelo que fica dependente das forças e das fraquezas do mercado.

O modelo fundacional, se o Governo assim o determinar, será um grande desafio para a NOVA, a partir de 2017. Mas os grandes desafios são essenciais para continuarmos a crescer e a progredir.

Estou certo que a NOVA vai aceitar este repto e que, quando fizermos cinquenta anos, em 2023, seremos uma sólida e coesa rede de instituições inovadoras, na investigação e no ensino, totalmente implantadas na Cidade e com um forte cariz internacional. Seremos igualmente líderes em áreas que ajudem a humanidade a ser mais educada, mais culta, mais utilizadora dos últimos conhecimentos da ciência e da tecnologia, mais tolerante e mais feliz.

O último desafio vem de José Mariano Gago e vou acabar citando as palavras com que terminou a sua intervenção, em 2008:

“Eu gostaria de estar convosco neste processo, mas da minha experiência como universitário e também nestes anos de relação política, sei que se conquista depois de muito trabalho e gostaria que não nos desiludíssemos. O progresso, na minha opinião, conquista-se contra os seus inimigos, contra as resistências e contra os atavismos. Ter a ilusão que o progresso não se conquista e aparece consensualmente é erigir um monumento ao retrocesso” (fim de citação).

Esta conquista do progresso é, e foi sempre também para mim, um desafio permanente.

Até sempre.

António Rendas
Campolide, 27 de Outubro de 2016